

# Sumário

*Nota*, xix

## **1 Parte Geral, 1**

- 1.1 Introdução, 1
- 1.2 Teoria da empresa, 1
- 1.3 Capacidade das partes para exercer atividades empresárias, 2
- 1.4 Livros comerciais, 3
- 1.5 Nome comercial, 3
- 1.6 Registro do comércio, 5
- 1.7 Estabelecimento comercial, 5
  - 1.7.1 Aviamento e clientela, 6
  - 1.7.2 Trespasse e restabelecimento, 6
  - 1.7.3 Ponto comercial e locação comercial, 7
    - 1.7.3.1 Exceção de retomada, 8
  - 1.7.4 Título do estabelecimento, 9

*Súmulas*, 9

*Questões*, 10

## **2 Concorrencial, 14**

- 2.1 A ordem econômica, 14
- 2.2 Princípios reguladores da ordem econômica, 14
  - 2.2.1 Soberania nacional, 14
  - 2.2.2 Propriedade privada, 15
  - 2.2.3 Função social da propriedade, 15

- 2.2.4 Livre concorrência, 15
  - 2.2.5 Defesa do consumidor, 15
  - 2.2.6 Defesa do meio ambiente, 16
  - 2.2.7 Redução das desigualdades regionais e sociais, 16
  - 2.2.8 Busca do pleno emprego, 16
  - 2.2.9 Tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, 16
  - 2.3 Abuso de poder econômico e a Lei Antitruste, 17
  - 2.4 Infração à ordem econômica, 18
    - 2.4.1 Exemplos de práticas que configuram infração à ordem econômica, 19
  - 2.5 Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, 20
  - 2.6 Controle das estruturas, 21
    - 2.6.1 Notificação prévia ao CADE, 21
      - 2.6.1.1 Quem está sujeito à notificação – alcance da Lei Antitruste brasileira, 21
      - 2.6.1.2 Prazo para notificação e procedimento, 21
    - 2.6.2 Consulta prévia, 22
    - 2.6.3 Multas por não apresentação dos atos de concentração, 22
    - 2.6.4 Sanções, 22
  - 2.7 Controle das condutas, 22
    - 2.7.1 Compromisso de cessação, 23
    - 2.7.2 Multas, 23
  - 2.8 Mudanças da nova lei da concorrência, 24
- 3 Propriedade Intelectual, 25**
- 3.1 Introdução, 25
  - 3.2 Marcas e patentes, 26
    - 3.2.1 Marcas, 26
    - 3.2.2 Patentes e afins, 28
      - 3.2.2.1 Objeto, 28
  - 3.3 Desenho industrial, 29
  - 3.4 Crimes contra a propriedade industrial, 30
    - 3.4.1 Crimes referentes às patentes, 30
    - 3.4.2 Crimes referentes à marca, 31
    - 3.4.3 Concorrência desleal, 31
- Súmulas, 31*
- Questões, 32*

## 4 Societário, 33

- 4.1 Pessoas jurídicas, 33
  - 4.1.1 Definição, 33
  - 4.1.2 A pessoa jurídica no direito brasileiro, 33
  - 4.1.3 Classificação das pessoas jurídicas no direito brasileiro, 34
  - 4.1.4 Responsabilidade das pessoas jurídicas, 34
  - 4.1.5 Extinção das pessoas jurídicas, 35
- 4.2 Personalidade jurídica, 36
  - 4.2.1 Desconsideração da personalidade jurídica, 37
- 4.3 Empresa individual de responsabilidade limitada, 40
- 4.4 Sociedades, 40
  - 4.4.1 Contrato social, 40
  - 4.4.2 Da aquisição da personalidade jurídica pelas sociedades brasileiras, 41
  - 4.4.3 Classificação das sociedades, 42
    - 4.4.3.1 Classificação quanto à responsabilidade dos sócios, 42
    - 4.4.3.2 Quanto à personificação, 42
    - 4.4.3.3 Quanto à estrutura econômica, 43
    - 4.4.3.4 Quanto ao caráter empresário das sociedades, 44
  - 4.4.4 Sociedades entre cônjuges, 44
  - 4.4.5 Composição do capital social das sociedades, 45
- 4.5 Tipos societários, 45
  - 4.5.1 Sociedade em comum, 46
  - 4.5.2 Sociedade em nome coletivo, 46
    - 4.5.2.1 Conceito, 47
    - 4.5.2.2 Sociedade de pessoas ou de capital?, 47
    - 4.5.2.3 Razão/denominação, 47
    - 4.5.2.4 Categoria dos sócios, 47
    - 4.5.2.5 Responsabilidade dos sócios, 47
    - 4.5.2.6 Administração, 47
    - 4.5.2.7 Generalidades, 48
  - 4.5.3 Sociedade em comandita simples, 48
    - 4.5.3.1 Conceito, 48
    - 4.5.3.2 Sociedade de pessoas ou de capital?, 48
    - 4.5.3.3 Razão/denominação, 48
    - 4.5.3.4 Categoria dos sócios, 48
    - 4.5.3.5 Responsabilidade dos sócios, 49
    - 4.5.3.6 Administração, 49
    - 4.5.3.7 Generalidades, 49

- 4.5.4 Sociedade em comandita por ações, 49
- 4.5.5 Sociedade em conta de participação, 49
  - 4.5.5.1 Conceito, 50
  - 4.5.5.2 Características, 50
  - 4.5.5.3 Sociedade de capital ou de pessoas, 50
  - 4.5.5.4 Razão social, 50
  - 4.5.5.5 Categorias dos sócios, 50
  - 4.5.5.6 Responsabilidades dos sócios, 51
  - 4.5.5.7 Administração, 51
  - 4.5.5.8 Tratamento de pessoa jurídica conferido à sociedade em conta de participação, 51
  - 4.5.5.9 Não personificação das sociedades em conta de participação, 51
- 4.5.6 Sociedade simples, 52
  - 4.5.6.1 Conceito, 52
  - 4.5.6.2 Características, 52
  - 4.5.6.3 Sociedade de pessoas, 53
  - 4.5.6.4 Razão social, 53
  - 4.5.6.5 Categorias dos sócios, 53
  - 4.5.6.6 Responsabilidade dos sócios, 53
  - 4.5.6.7 Administração, 54
  - 4.5.6.8 Dissolução, exclusão e retirada, 55
  - 4.5.6.9 Generalidades, 56
- 4.5.7 Sociedades limitadas, 56
  - 4.5.7.1 Conceito, 57
  - 4.5.7.2 Artigos do Código Civil de 2002 aplicáveis às sociedades limitadas, 58
  - 4.5.7.3 Aplicação subsidiária/supletiva, 58
  - 4.5.7.4 Sociedade de capital ou de pessoas?, 59
  - 4.5.7.5 Razão/denominação social, 60
  - 4.5.7.6 Responsabilidade dos sócios, 60
  - 4.5.7.7 Quotas, 61
  - 4.5.7.8 Distribuição de lucros, 62
  - 4.5.7.9 Administração, 62
  - 4.5.7.10 A responsabilidade dos administradores, 65
  - 4.5.7.11 Deliberações dos sócios, 66
  - 4.5.7.12 *Quorum* de deliberação, 69
  - 4.5.7.13 Exclusão de sócio, 69
  - 4.5.7.14 Direito de retirada, 71

- 4.5.7.15 Conselho fiscal, 71
- 4.5.7.16 Redução do Capital Social, 72
- 4.6 Sociedade anônima, 72
  - 4.6.1 Conceito e outros aspectos, 72
  - 4.6.2 Estatuto social, 73
  - 4.6.3 Responsabilidade dos acionistas, 73
  - 4.6.4 Sociedade de capital ou de pessoas?, 74
  - 4.6.5 Razão/denominação social, 74
  - 4.6.6 Espécies de S.A., 74
  - 4.6.7 Ações, 75
    - 4.6.7.1 Critérios de classificação das ações, 75
  - 4.6.8 Acionista, 76
    - 4.6.8.1 Acionista controlador, 77
    - 4.6.8.2 Direito de retirada, 77
      - 4.6.8.2.1 Reembolso, 78
  - 4.6.9 Acordo de acionistas, 79
  - 4.6.10 Constituição, 80
  - 4.6.11 Livros societários, 81
  - 4.6.12 Valores mobiliários, 81
    - 4.6.12.1 Debêntures, 82
  - 4.6.13 Assembleia geral, 83
    - 4.6.13.1 Convocação, 83
    - 4.6.13.2 Presença, 84
    - 4.6.13.3 Assembleia Geral Ordinária (AGO), 84
    - 4.6.13.4 Assembleia Geral Extraordinária (AGE), 86
  - 4.6.14 Administração, 87
    - 4.6.14.1 Diretoria, 87
  - 4.6.15 Conselho de administração, 88
  - 4.6.16 Conselho fiscal, 90
  - 4.6.17 Reservas e distribuição de lucros, 91
  - 4.6.18 Sociedades coligadas, controladas, controladoras e subsidiária integral, 91
- 4.7 Consórcios e grupos de sociedades, 92
- 4.8 Operações societárias, 93
  - 4.8.1 Cisão, 93
  - 4.8.2 Fusão, 94
  - 4.8.3 Incorporação, 95

- 4.8.4 Transformação, 96
- 4.8.5 Direito dos credores, 97

*Súmulas*, 97

*Questões*, 98

## **5 Títulos de Crédito, 103**

- 5.1 Origem e regulamentação legal, 103
- 5.2 Definições, 104
- 5.3 Características dos títulos de crédito, 105
- 5.4 Classificação dos títulos de crédito, 105
  - 5.4.1 Negócio de origem, 106
  - 5.4.2 Circulação, 106
  - 5.4.3 Modelo, 106
  - 5.4.4 Tipicidade, 106
  - 5.4.5 Emissor, 107
- 5.5 Atos cambiários, 107
- 5.6 Letra de câmbio, 107
  - 5.6.1 Origem, 107
  - 5.6.2 Conceito, 107
  - 5.6.3 Figuras intervenientes, 108
  - 5.6.4 Formação da letra de câmbio, 108
  - 5.6.5 Requisitos legais, 108
  - 5.6.6 Vencimento da letra de câmbio, 109
  - 5.6.7 Endosso, 109
  - 5.6.8 Aceite, 111
  - 5.6.9 Aval, 112
  - 5.6.10 Pagamento da cambial, 113
  - 5.6.11 Protesto, 113
  - 5.6.12 Intervenção, 115
  - 5.6.13 Ações cambiais e prescrição, 115
  - 5.6.14 Visualização da letra de câmbio, 116
- 5.7 Nota Promissória, 117
  - 5.7.1 Definição, 117
  - 5.7.2 Partes intervenientes, 117
  - 5.7.3 Origens, 117
  - 5.7.4 Requisitos, 117
  - 5.7.5 Legislação aplicável, 118

- 5.7.6 Endosso, 118
- 5.7.7 Aceite, 118
- 5.7.8 Aval, 118
- 5.7.9 Vencimento, 119
- 5.7.10 Pagamento da cambial, 119
- 5.7.11 Protesto, 119
- 5.7.12 Prescrição das ações cambiais, 119
- 5.7.13 Visualização da nota promissória, 120
- 5.8 Cheque, 120
  - 5.8.1 Definição, 120
  - 5.8.2 Origens, 120
  - 5.8.3 Partes intervenientes, 121
  - 5.8.4 Legislação aplicável, 121
  - 5.8.5 Requisitos essenciais, 121
  - 5.8.6 Endosso em cheque, 121
  - 5.8.7 Aceite, 122
  - 5.8.8 Vencimento, 122
  - 5.8.9 Prazo de apresentação e pagamento, 122
  - 5.8.10 Aval, 122
  - 5.8.11 Prescrição, 123
  - 5.8.12 Protesto, 123
  - 5.8.13 Sustação do cheque, 123
  - 5.8.14 Tipos de cheque, 124
- 5.9 Duplicata, 126
  - 5.9.1 Definição, 126
  - 5.9.2 Origens, 126
  - 5.9.3 Legislação aplicável, 126
  - 5.9.4 Partes intervenientes, 127
  - 5.9.5 Requisitos essenciais, 127
  - 5.9.6 Aceite da duplicata, 127
  - 5.9.7 Vencimento e pagamento da duplicata, 128
  - 5.9.8 Protesto, 128
  - 5.9.9 Perda ou extravio, 128
  - 5.9.10 Ação para cobrança e prescrição, 129
  - 5.9.11 Visualização do anverso da duplicata, 129
- 5.10 Títulos representativos, 130
  - 5.10.1 Conhecimento de transporte, 130

- 5.10.2 Conhecimento de depósito e *warrant*, 131
  - 5.10.2.1 Legislação aplicável, 131
  - 5.10.2.2 A dinâmica do *warrant* e do conhecimento de depósito, 131
  - 5.10.2.3 Dos requisitos para a emissão do conhecimento de depósito e do *warrant*, 132
  - 5.10.2.4 Liberação da mercadoria, 133

*Súmulas*, 133

*Questões*, 134

## **6 Contratos Mercantis, 137**

- 6.1 Parte geral, 137
- 6.2 Contratos nas relações de consumo, 138
- 6.3 Compra e venda mercantil, 139
  - 6.3.1 Vendas condicionais, 141
  - 6.3.2 Venda a contento, 141
  - 6.3.3 Vendas sob condição de prova, 141
  - 6.3.4 Vendas em consignação, 141
  - 6.3.5 Venda sob amostra, 142
  - 6.3.6 Vendas com cláusulas de preferência, 142
  - 6.3.7 Retrovenda, 142
  - 6.3.8 Vendas com reserva de domínio, 142
  - 6.3.9 Venda complexa, 142
  - 6.3.10 Entrega da mercadoria, 143
  - 6.3.11 Responsabilidades adicionais do vendedor, 143
  - 6.3.12 Responsabilidades do comprador, 144
- 6.4 Seguro, 144
  - 6.4.1 Conceito, 144
  - 6.4.2 Objeto, 144
  - 6.4.3 Partes, 145
  - 6.4.4 Características gerais, 145
  - 6.4.5 A formação do contrato de seguro: a apólice, 146
  - 6.4.6 Obrigações das partes, 146
  - 6.4.7 Modalidades de contratos de seguro, 146
  - 6.4.8 Extinção do contrato de seguro, 147
- 6.5 Mandato mercantil, 147
- 6.6 Comissão mercantil, 148



- 6.7 Concessão mercantil e distribuição, 149
- 6.8 Representação comercial, 150
  - 6.8.1 Partes, 151
  - 6.8.2 Características, 151
  - 6.8.3 Remuneração, 152
  - 6.8.4 Obrigações do representante comercial, 153
  - 6.8.5 Obrigações do representado, 153
  - 6.8.6 Prazo de duração e extinção, 153
- 6.9 Contrato de corretagem, 153
- 6.10 Depósito mercantil, 154
- 6.11 Fiança, 155
  - 6.11.1 Extinção da fiança, 156
- 6.12 Penhor mercantil, 157
  - 6.12.1 Espécies de penhor mercantil, 159
- 6.13 Transporte de coisas e pessoas, 159
  - 6.13.1 Características, 160
  - 6.13.2 Transporte de pessoas, 160
  - 6.13.3 Transporte de coisas, 161
- 6.14 Arrendamento mercantil ou *leasing*, 161
  - 6.14.1 Partes, 162
  - 6.14.2 Características, 163
  - 6.14.3 Obrigações do arrendante, 163
  - 6.14.4 Obrigações do arrendatário, 163
  - 6.14.5 Modalidades, 164
  - 6.14.6 Extinção, 164
  - 6.14.7 Disposições gerais, 164
- 6.15 Franquia, 165
  - 6.15.1 Partes do contrato de franquia, 165
  - 6.15.2 Características, 166
  - 6.15.3 Objeto do contrato de franquia, 166
  - 6.15.4 Como se opera a franquia, 166
  - 6.15.5 Extinção do contrato de franquia, 167
- 6.16 Contratos bancários, 167
  - 6.16.1 Operações bancárias, 167
    - 6.16.1.1 Operações passivas, 167
    - 6.16.1.2 Operações ativas, 168
  - 6.16.2 Juros, 168
    - 6.16.2.1 Juros legais, 168

- 6.16.2.2 Juros bancários, 169
- 6.16.3 Contrato de conta-corrente, 169
  - 6.16.3.1 Características e classificação, 169
  - 6.16.3.2 Encerramento da conta e extinção do contrato, 169
- 6.17 *Factoring*, 170
  - 6.17.1 Partes, 170
  - 6.17.2 Classificação e características, 171
  - 6.17.3 Modalidades de *factoring*, 171
- 6.18 Alienação fiduciária, 171
  - 6.18.1 Regulamentação legal, 172
  - 6.18.2 Partes, 172
  - 6.18.3 Classificação e características, 172
  - 6.18.4 Inadimplemento da obrigação principal, 173
  - 6.18.5 Extinção da alienação fiduciária, 173
- 6.19 *Hedge*, 173

*Súmulas*, 174

*Questões*, 175

## 7 Direito Falimentar, 176

- 7.1 Panorama geral da Nova Lei de Falências, 176
- 7.2 Falência: conceito e características, 178
- 7.3 Insolvência, 178
  - 7.3.1 Insolvência presumida pela impontualidade, 179
  - 7.3.2 Sintomas legais para a falência presumida, 180
    - 7.3.2.1 Execução frustrada, 180
    - 7.3.2.2 Liquidação precipitada ou utilização de expedientes ruinosos ou fraudulentos, 181
    - 7.3.2.3 Realização de negócios simulados ou alienação total ou parcial de ativo, 181
    - 7.3.2.4 Transferência do estabelecimento comercial, sem consentimento dos credores, 181
    - 7.3.2.5 Simulação da transferência do principal estabelecimento, 182
    - 7.3.2.6 Garantia a credor sem manutenção de bens livres equivalentes às dívidas, 182
    - 7.3.2.7 Ausência na administração do negócio e abandono do estabelecimento, 182

- 7.3.2.8 Não cumprimento das obrigações assumidas no plano de recuperação judicial, 182
- 7.3.2.9 Generalidades, 183
- 7.3.3 Confissão da falência (autofalência), 183
- 7.3.4 Razões que eximem o falido da decretação da falência, 183
  - 7.3.4.1 Falsidade do título executivo, 184
  - 7.3.4.2 Prescrição, 184
  - 7.3.4.3 Nulidade de obrigação ou do título executivo, 184
  - 7.3.4.4 Pagamento da dívida, 184
  - 7.3.4.5 Qualquer fato que extinga ou suspenda obrigação ou não legitime a cobrança de título, 184
  - 7.3.4.6 Vício em protesto ou em seu instrumento, 185
  - 7.3.4.7 Apresentação de pedido de recuperação judicial dentro do prazo da contestação, 185
  - 7.3.4.8 Cessação da atividade empresarial por período superior a dois anos, 185
  - 7.3.4.9 Generalidades, 185
- 7.4 Sujeitos na falência, 185
  - 7.4.1 Sujeito passivo, 185
  - 7.4.2 Sujeito ativo, 187
  - 7.4.3 Coobrigados, 187
- 7.5 Administra o da falência, 188
  - 7.5.1 Administrador judicial, 188
    - 7.5.1.1 Conceito e características, 188
    - 7.5.1.2 Fun es desempenhadas pelo administrador judicial, 189
    - 7.5.1.3 Destitu o do administrador judicial, 191
    - 7.5.1.4 Responsabilidades, 192
  - 7.5.2 Comitê de credores, 192
    - 7.5.2.1 Constitui o e características, 192
    - 7.5.2.2 Fun es, 193
    - 7.5.2.3 Responsabilidades do comit  de credores, 193
  - 7.5.3 Impedimentos do administrador judicial e de membro do comit  de credores, 194
- 7.6 Assembleia geral de credores, 194
  - 7.6.1 Atribui es, 194
    - 7.6.1.1 Na recupera o judicial, 194
    - 7.6.1.2 Na falência, 195
  - 7.6.2 Convoca o, 195
  - 7.6.3 Mesa-diretora da assembleia, 195

- 7.6.4 *Quorum* de instalação, 195
- 7.6.5 Presença, 196
- 7.6.6 Deliberações, 196
- 7.6.7 Esquematização – Comitê de credores, assembleia geral e administrador judicial, 198
- 7.7 Ação falimentar, 198
  - 7.7.1 Competência, 198
  - 7.7.2 Procedimento falimentar, 199
    - 7.7.2.1 Pedido de falência baseado na impontualidade, 199
    - 7.7.2.2 Procedimento falimentar baseado na execução frustrada e presunção por outros sintomas legais, 200
  - 7.7.3 Sentença, 201
- 7.8 Efeitos da sentença de falência, 202
  - 7.8.1 Efeitos da sentença quanto ao falido, 203
  - 7.8.2 Efeitos da sentença quanto aos direitos dos credores [OAB/SP, 122º Exame, dezembro/2003, questão 44], 204
    - 7.8.2.1 Formação da massa falida subjetiva, 204
      - 7.8.2.1.1 Verificação e habilitação de créditos, 204
    - 7.8.2.2 Suspensão das ações singulares e da prescrição, 206
    - 7.8.2.3 Suspensão condicional da fluência de juros, 206
  - 7.8.3 Quanto aos bens do falido – formação da massa falida objetiva, 207
    - 7.8.3.1 Arrecadação dos bens do falido, 207
  - 7.8.4 Efeitos da sentença quanto às obrigações do devedor, 208
  - 7.8.5 Efeitos da falência do espólio, 209
- 7.9 Termo legal e período suspeito, 209
  - 7.9.1 Termo legal, 209
  - 7.9.2 Período suspeito, 210
  - 7.9.3 Sistematização do termo legal, 211
- 7.10 Ações revocatórias, 211
- 7.11 Pedido de restituição e embargos de terceiros, 214
- 7.12 Classificação dos créditos da massa falida subjetiva, 215
- 7.13 Recuperação judicial, 217
  - 7.13.1 Recuperação judicial: conceito e características, 218
  - 7.13.2 Meios de recuperação judicial, 219
  - 7.13.3 Processamento da recuperação judicial, 220
  - 7.13.4 Cumprimento das obrigações fixadas no plano de recuperação judicial, 224
  - 7.13.5 Recuperação judicial de microempresas e empresas de pequeno porte, 226

- 7.14 Recuperação extrajudicial, 227
- 7.15 Liquidação e encerramento da falência, 228
  - 7.15.1 Realização do ativo, 228
  - 7.15.2 Pagamento de credores, 229
  - 7.15.3 Extinção das obrigações do falido, 229
- 7.16 Concordatas, 230
- 7.17 Crimes falimentares, 231
  - 7.17.1 Procedimento criminal, 231
  - 7.17.2 Crimes falimentares por espécie, 232
    - 7.17.2.1 Fraude a credores, 232
    - 7.17.2.2 Violação de sigilo empresarial, 233
    - 7.17.2.3 Divulgação de informações falsas, 233
    - 7.17.2.4 Indução a erro, 233
    - 7.17.2.5 Favorecimento de credores, 233
    - 7.17.2.6 Desvio, ocultação ou apropriação de bens, 234
    - 7.17.2.7 Aquisição, recebimento ou uso ilegal de bens, 234
    - 7.17.2.8 Habilitação ilegal de crédito, 234
    - 7.17.2.9 Exercício ilegal de atividade, 234
    - 7.17.2.10 Violação de impedimento, 234
    - 7.17.2.11 Omissão dos documentos contábeis obrigatórios, 234
    - 7.17.2.12 Efeitos da condenação por crime falimentar, 235
    - 7.17.2.13 Prescrição dos crimes falimentares, 235
- 7.18 Tabelas explicativas, 236
  - 7.18.1 Tabela dos principais prazos falimentares, 236
  - 7.18.2 Tabela das principais mudanças da legislação falimentar, 236

*Súmulas*, 241

*Questões*, 242

*Bibliografia*, 247

*Índice Remissivo*, 249

*Gabarito*, 255